



Coitada da aniversariante

MINISTRA DAMARES Nos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Jesus sobe no pé de goiaba, enquanto os DH sobem no telhado

POR FRED MELO PAIVA

Cada qual com suas preferências, a pastora Damares Alves escolheu suicidar-se, de acordo com a própria, sobre um pé de goiaba. Para tanto, aboletou-se num galho. Ali plantada como um pardal desesperançado, preparava-se para ingerir uma dose de veneno quando viu aproximar-se uma excêntrica figura. “Ele tinha uma roupa comprida, uma barba comprida.” Batata: lá vinha Jesus! Sim, o Cristo, em carne, osso, chinelo e coroa de espinho. Como o bombeiro disposto a resgatar o gato nas alturas, pôs-se então a trepar na árvore, no que Damares se desesperou. “Não sobe, Jesus!!! Você não sabe subir em pé de goiaba!”, suplicou ela, desdenhando a experiência de mais de 2 mil anos do homem capaz até de caminhar sobre a água. “Você vai cair e se machucar! Já te machucaram tanto na cruz.”

Ao que parece, Jesus foi em frente. Conforme prova o vídeo em que tais revelações vieram à tona, pastora Damares está mais viva do que nunca. A partir de 1º janeiro, passa a integrar a ala lisérgica do novo governo, da qual já fazem parte o chanceler Ernesto Araújo e o ministro da

Educação Ricardo Vélez Rodríguez, ambos indicados pelo Napoleão do hospício Olavo de Carvalho. Damares Alves será a ministra das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos. Sob seu guarda-chuva estará também a Funai, responsável por proteger os povos indígenas. Antes de assumir a pasta, no dia 30 deste mês, lança em Brasília o livro *Jesus Sobe no Pé de Goiaba* (editora Canadense).

A indicação de Damares Alves, assessora do senador Magno Malta (PR), coincide com o aniversário de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10. Seus 30 artigos foram aprovados pela ONU três anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Resposta aos horrores do

Titular da pasta de Direitos Humanos, a pastora Damares é mais uma na ala lisérgica do governo

Holocausto, tinham por objetivo a defesa da dignidade de todo ser humano, estabelecendo assim o direito à vida, à integridade física, ao trabalho, à liberdade de opinião e expressão, independentemente de raça, cor, sexo, religião ou ideologia política. Traduzido para 508 línguas (e por isso listado no *Guinness Book*), o documento tornou-se base para legislações de países diversos, incluindo a Constituição brasileira de 1988. Seu conteúdo parece a anticartilha de Bolsonaro: o artigo 5º diz que “ninguém será submetido a tortura”, o 9º, que “ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”, o 23º, que “todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual”. Ao passo em que ficamos cientes de que Jesus subiu no pé de goiaba, os direitos humanos no Brasil sobem por definitivo no telhado.

A bem da verdade, ameaçam agora se precipitar no vazio, pois trôpegos sobre a calha sempre estiveram. Haja vista o crescente número de homicídios – só em 2017, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 62.517 pessoas foram assassinadas no Brasil, um recorde nacional que supera a totalidade de americanos mortos durante toda a Guerra do Vietnã. No capítulo sobre o País constante do relatório de 2018 da ONG Human Rights Watch, fala-se em “problemas crônicos no sistema de justiça criminal brasileiro, incluindo execuções extrajudiciais cometidas pela polícia e os maus-tratos a pessoas detidas”. Dificuldades de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao emprego e ao lazer, ataques às liberdades de imprensa, expressão e manifestação mostram como o texto de 1948 parece letra morta no Brasil de 2018. No ano passado, apenas os canais oficiais do Ministério dos Direitos Humanos que agora passa à guarda da inacreditável Damares

VALTER CAMPANATO/ABR



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Retrocesso. Com Bolsonaro, a Bancada do Boi sequestra o Ministério do Meio Ambiente



Em 1948, a ex-primeira-dama dos EUA Eleanor Roosevelt apresenta a Declaração. No Brasil de 2018, a ministra dos DH Damares Alves lança sua grande obra

receberam 142.665 denúncias de violações, uma média de 390 por dia.

Dois aforismos cada vez mais populares são reveladores do descrédito por que passa a septuagenária Declaração no Brasil de Bolsonaro: “Bandido bom é bandido morto”, “Direitos Humanos para humanos direitos”. O primeiro era um bordão do radialista paranaense Luiz Carlos Alborghetti, precursor do jornalismo policial ao estilo Datena e com quem estagiou Ratinho. O segundo, surgido durante a onda de ataques do PCC na cidade de São Paulo em



Seu País



Lula preso. Uma das mais notáveis violações aos DH no mundo inteiro

2006, popularizou-se também nesse tipo de programa. Ambos se tornaram mantras dos bolsominions, que desconhecem a origem liberal do texto de 48. “Não houve no Brasil a formação de uma cultura democrática”, diz a deputada Maria do Rosário (PT), ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. “Isso se deve em boa medida ao modo como permitimos que a ditadura se autoanistiasse. Fomos os últimos a fazer uma Comissão da Verdade, e nunca a implementamos por completo.”

“Os Direitos Humanos são hoje um conceito em disputa. Estamos todos os dias a dizer que eles não fazem a defesa de bandidos”, diz o diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog, Rogério Sottili, que substituiu Maria do Rosário no governo Dilma e esteve também à frente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo entre 2013 e 2015, na gestão de Fernando



Mesmo o processo de Pezão, que não parece santo, viola os artigos contra a barbárie

Haddad. “Um dos motivos do entendimento equivocado do que são os Direitos Humanos reside no fato de termos falhado de forma crucial no trato com a segurança pública, algo que só vai se resolver com um processo constituinte que reúna Executivo, Legislativo, Judiciário, e até a mídia com os seus Datenas.”

Apesar da extensa lista de pesares, há de se celebrar o aniversário dos 30 artigos contra a barbárie. “Há 70 anos o ser humano não valia nada”, diz Sottili. “Claro que há desafios óbvios, como o racismo e a questão migratória, mas também há conquistas incríveis e que não terão volta.” “O tempo dos Direitos Humanos é a urgência. Diante de tantas violações, não há o que comemorar”, pondera Maria do Rosário, “mas a simples consciência disso deve ser celebrada.” A socióloga Eleonora Menicucci é uma ativista pela legalização do aborto e os direitos dos LGBTs, participou da luta armada contra a ditadura, foi torturada e esteve presa com Dilma Rousse-

RICARDO STUCKERT, FERNANDO FRAZÃO/ABR, FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR E WILSON DIAS/ABR



ff. Entre 2012 e 2015, participou de seu governo como ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. “Seguramente há muito o que celebrar”, diz. “Desde os direitos civis das mulheres até os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, a superação da pobreza de parte significativa da população, os direitos individuais dos LGB-TIs e dos negros, embora nunca se tenha rompido o teto do escravagismo. Infelizmente, desde o golpe de 2016 vivemos um retrocesso violento.”

Foram desdobramentos do golpe de 2016 que acabaram por produzir um dos mais notáveis casos de desrespeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos em todo o mundo. A condenação e prisão do ex-presidente Lula por “fatos indeterminados”, em julgamento evidentemente parcial, lançaram às traças pelo menos cinco dos artigos impressos no texto de 1948. No processo conduzido por Sérgio Moro, houve gravações ilegais de advogados de defesa, grampo e vazamento ilegal de uma conversa de Lula com a ex-presidenta Dilma, delações premiadas que dispensaram provas, juízes de segunda instância que “leram” os autos em tempo humanamente impossível, e que apressaram o julgamento dos recursos em detrimento



“Diante de tantas violações, não há o que comemorar”, diz a deputada Maria do Rosário

Projeto prioritário da nova ministra deve instituir o que já se apelidou de “Bolsa Estupro”

de casos que aguardavam a morosidade normal da Justiça. Sempre a alinhar os prazos legais àqueles da corrida eleitoral.

Por fim, Lula foi preso e impedido de concorrer. Seu substituto, Fernando Haddad, prejudicado pela divulgação de novos trechos da delação fajuta do ex-ministro Antonio Palocci, liberada por Sérgio Moro a poucos dias da votação. Eleito Bolsonaro, o juiz virou ministro do novo governo, em roteiro inimaginável a não ser em *House of Mãe Joana*, a versão brasileira da série *House of Cards* segundo os gaitos da internet. “Procedimentos heterodoxos, mesmo para finalidade legítima”, disse o ministro do STF Edson Fachin ao proferir voto contra o *habeas corpus* pedido pela defesa de Lula e que



Para Sottili, diretor do Instituto Vladimir Herzog, “o ser humano não valia nada há 70 anos”

apontava a parcialidade de Moro. Coitada da aniversariante, vilipendiada pela Lava Jato até na controversa prisão do governador em exercício do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), o qual, como se sabe, não goza de fama ilibada.

Por abuso de “procedimentos heterodoxos”, chegamos então à era de Damares, a pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular para quem “chegou a hora de a igreja governar”. Sua prioridade será o Estatuto do Nascituro, que restringe o direito ao aborto e prevê pagamento de pensão, pelo estuprador, a mulheres que decidirem manter a gravidez resultante da violência. Apelidado de “Bolsa Estupro”, o projeto impõe a convivência entre estuprador e vítima. Damares promete “tratar meninas como princesas e meninos como príncipes”. A ministra das Mulheres acha que “a mulher tem estado muito fora de casa. Eu gostaria de estar em casa toda a tarde, numa rede, e meu marido ralando muito, muito, muito, para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal de sociedade”.

Como de praxe desde Temer, os componentes do novo governo parecem obedecer ao pré-requisito que os obriga a estar suficientemente enrolados, de preferência com o próprio tema de sua curadoria. O ministro da Fazenda é investigado por crime contra o sistema financeiro. O do Meio Ambiente é réu em ação ambiental. Já Damares, que tem uma índia como filha adotiva, é fundadora da ONG Atini, investigada pelo Ministério Público Federal por suspeita de tratamento inadequado a indígenas. Incluindo a participação em processo irregular de adoção de uma criança da etnia Sateré Mawé por um casal de Volta Redonda (RJ) ligado à entidade. Damares comandará a Funai.

Como se vê, o mais normal na nova ministra é ter visto Jesus no pé de goiaba. Deus que nos proteja. •

